

TERAPIA OCUPACIONAL E A CIDADE: COMPREENSÕES E REFLEXÕES DE PROFISSIONAIS SOBRE A PRÁTICA NO CONTEXTO URBANO

Occupational therapy and the city: understandings and reflections of professionals about the practice in the urban context

Terapia ocupacional y la ciudad: comprensiones y reflexiones de profesionales sobre la práctica en el contexto urbano

Paulo Roberto da Silva Vieira Filho
<https://orcid.org/0000-0002-4401-1452>

Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Ricardo Lopes Correia
<https://orcid.org/0000-0003-3108-2224>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Terapia Ocupacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Monica Villaça Gonçalves
<https://orcid.org/0000-0002-8090-9884>

Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Terapia Ocupacional, Vitória, ES, Brasil

Resumo

Introdução: A cidade é o espaço social onde a vida cotidiana acontece por meio do envolvimento em ocupações. Desta forma, este artigo aborda a cidade como questão central para o conhecimento e intervenção técnica na terapia ocupacional. **Objetivo:** Compreender as relações da prática de terapeutas ocupacionais com políticas públicas e questões do direito à cidade no contexto urbano. **Método:** Foi realizado um estudo qualitativo primário e exploratório. Utilizou-se, como instrumento da pesquisa, um formulário *on-line* com perguntas de múltipla escolha e discursivas compartilhado com terapeutas ocupacionais de todo o Brasil por meio de redes sociais. Participaram 66 profissionais, e os dados foram analisados por procedimentos de Análise de Conteúdo. **Resultados e Discussão:** Emergiram três categorias pelas quais as terapeutas ocupacionais participantes desta pesquisa compreendem a cidade: (1) a cidade como direito dos cidadãos; (2) a cidade como solo urbano - *locus* de vida e seus componentes, e (3) a cidade a partir dos processos terapêutico-ocupacionais. **Conclusão:** Ao se colocar as categorias em diálogo com o que se têm produzido na área e produções específicas dos estudos urbanos, desvelam-se elaborações de considerável potencial na abordagem da cidade, como as concepções de território, participação urbana e promoção da cidadania.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Cidades. Política Pública. Urbanização.

Abstract

Introduction: The city is the social space where everyday life takes place through involvement in occupations. Thus, this article addresses the city as a central issue for knowledge and technical intervention in occupational therapy. **Aim:** understand the relationship between the practice of occupational therapists with public policies and issues of the right to the city in the urban context. **Method:** A qualitative primary and exploratory study was carried out. As an instrument of research, an online form was used with open and closed-ended questions shared among occupational therapists from all over Brazil through dissemination on social networks. 66 professionals participated, and the data were analyzed using Content Analysis procedures. **Results and discussion:** From a content analysis process, three categories are discussed by which the occupational therapists participating in this research understand the city: (1) the city as a citizen's right, (2) the city as urban soil - locus of life and its components and (3) the city based on therapeutic-occupational processes. **Conclusion:** When placing the categories in dialogue with what has been produced in the area and specific productions of urban studies, a lack of depth in the exploration of the theme is perceived, however, elaborations of considerable potential in the approach of the city are unveiled, such as the conceptions of territory, urban participation and promotion of citizenship.

Keywords: Occupational Therapy. Cities. Public Policy. Urbanization.

Resumen

Introducción: La ciudad es el espacio social donde se desarrolla la vida cotidiana a través de la participación en las ocupaciones. Así, este artículo aborda la ciudad como tema central para el conocimiento y la intervención técnica en terapia ocupacional. **Objetivo:** Comprender las relaciones entre la práctica de los terapeutas ocupacionales y las políticas públicas y temas del derecho a la ciudad en el contexto urbano. **Método:** Se realizó un estudio cualitativo primario y exploratorio. Se utilizó como instrumento de investigación una encuesta en línea con preguntas de opción múltiple y discursivas compartidas con terapeutas ocupacionales de todo Brasil a través de las redes sociales. Participaron 66 profesionales y los datos fueron analizados mediante procedimientos de Análisis de Contenido. **Resultados y Discusión:** Desde un proceso de análisis de contenido, se discuten tres categorías por las cuales los terapeutas ocupacionales participantes de esta investigación entienden la ciudad: (1) la ciudad como derecho de los ciudadanos; (2) la ciudad como suelo urbano - locus de vida y sus componentes, y (3) la ciudad desde los procesos terapéutico-ocupacionales. **Conclusión:** Al poner las categorías en diálogo con lo producido en el territorio y producciones específicas de los estudios urbanos, se revelan elaboraciones de considerable potencial en el abordaje de la ciudad, como las concepciones de territorio, participación urbana y promoción de la ciudadanía.

Palabras clave: Terapia Ocupacional. Ciudades. Política pública. Urbanización.

Como Citar

Vieira Filho, P.R.S.; Correia, R.L.; Gonçalves, M.V. (2023). Terapia Ocupacional e cidade: compreensões e reflexões de profissionais sobre a prática no contexto urbano. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 7(3), dossiê temático:1854-1872. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto56861

1. Introdução

Este artigo aborda a cidade como questão central para o conhecimento e intervenção técnica na terapia ocupacional. Parte-se da hipótese de que, ao longo do processo de institucionalização da terapia ocupacional enquanto profissão, muito se produziu a respeito de processos de cuidado que levassem em conta dimensões da cidade, como práticas territoriais, comunitárias e socioculturais. No entanto, observa-se que desse acúmulo, pouco se tratou da cidade enquanto um fenômeno específico ao interesse da área. Dessa forma, foi proposto um estudo qualitativo primário que buscou, através das narrativas de terapeutas ocupacionais, sentidos sobre a cidade, e que permitiu explorar categorias de análise que aproximam a terapia ocupacional dos Estudos e Planejamento Urbanos.

Os Estudos Urbanos compreendem um campo epistêmico e político sobre os processos que estruturam e dinamizam os espaços sociais. Trata-se, sobretudo, de compreender os fatores que influenciam nas transformações do espaço social, sejam eles econômicos, culturais, estruturais, políticos, ambientais ou demográficos (Choay, 2010).

Segundo Rolnik (1995), o campo dos Estudos Urbanos é tradicionalmente dominado por disciplinas como Arquitetura, Geografia e Sociologia. E a ação técnica – o Planejamento Urbano – além dessas profissões, conta demasiadamente com engenheiros, advogados, assistentes sociais, entre outros, que reproduzem uma visão hegemônica sobre a cidade, ou seja, aquela relacionada à forma e ao funcionalismo ambiental e econômico. Por isso, a autora faz questionamentos sobre a importância da interdisciplinaridade e interprofissionalidade na produção de conhecimento e a consequente ação técnica sobre a cidade e os seus processos urbanos. Para tanto, segundo Correia (2019), é necessário que as áreas tradicionais dos Estudos e do Planejamento Urbanos se abram para novas perspectivas técnico-epistêmicas.

Sobre isso, Correia (2019) apresenta a expressão cunhada por Ermínia Maricato de "analfabetismo urbanístico", que consiste no não letramento e tomada de consciência comum sobre a cidade. A ausência de produção de dados mais complexos e acessíveis sobre a cidade para que sejam de uso irrestrito tanto por pesquisadores e governo como para a sociedade em geral é decorrente, segundo o autor, das limitações impostas pela burocratização dos sistemas jurídicos e institucionais que ordenam os espaços da cidade e do controle de sua operação por técnicos de áreas restritas à Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Engenharia, etc., que passam a produzir uma linguagem hegemônica e pouco acessível para a população geral. A tomada de consciência sobre os processos estruturais e dinâmicos da cidade (ordenação urbana) passa pela identificação, uso e acompanhamento de seus instrumentos como, por exemplo, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2011). A alfabetização como uma estratégia de participação social no ordenamento da cidade, por sua vez, permite, em alguma medida, reduzir o distanciamento entre o "ideal de cidade" e a "cidade real ou vivida", ampliando as perspectivas teórico-metodológicas a

partir das diferentes realidades e dos saberes locais que constituem os modos de vida e as paisagens da cidade, e a necessidade de pensar seus caminhos futuros, como é a finalidade do Planejamento Urbano.

Nesse sentido, seria oportuno à terapia ocupacional mobilizar esforços para a erradicação do analfabetismo urbanístico, assim como promover e garantir o direito à cidade. Aliando-se às justificativas expostas, pode-se apontar ainda o conhecimento da profissão sobre os cotidianos dos sujeitos e suas ocupações, com práticas já consolidadas no espaço urbano e no trabalho territorial-comunitário.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015¹, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata que 84,75% da população brasileira vive em áreas urbanas. Segundo a *World Federation of Occupational Therapy* (WFOT, 2020), a terapia ocupacional contava em 2019 com 21.232 terapeutas ocupacionais distribuídos por todo o território brasileiro em trabalho operante, desenvolvendo suas práticas em uma diversidade de cidades no país. Esses dados chamam a atenção para o fato de que a maioria da população vive em áreas urbanas, logo, essa pode ser uma dimensão e uma questão importante para terapeutas ocupacionais quando se referem às ocupações cotidianas, ao bem-estar e à cidadania nesses contextos.

Rolnik (1995) aponta para a complexidade envolvida na tentativa de definir o que, de fato, é a cidade. Pensa-se nas diversas composições de cidades espalhadas por todo o mundo e em diferentes momentos históricos, em busca de elementos em comum para a elaboração desse conceito. A propriedade magnética da cidade de atrair pessoas para um aglomerado populacional adensado é o que chega perto de contemplar a diversidade de cidades que se conhece e, ainda, identificada em um recorte contemporâneo, a expansão e configuração mais aberta do espaço.

Para se discutir o conceito de cidade, então, é importante assumir a pluralidade de definições que podem ser atribuídas ao termo a depender do objeto da ciência que se debruça sobre seu estudo (Lefebvre, 2001). Neste trabalho, embasado em referenciais dos Estudos Urbanos compostos pela filosofia, geografia e sociologia, parte-se da caracterização da cidade pelo conjunto de usos da terra justapostos entre si (Corrêa, 2004). O autor, ainda nessa mesma produção, estrutura argumentativamente que o uso da terra é composto por uma função, compreendendo o desenvolvimento de atividades e a forma como a materialização dessa atividade se dá em uma estrutura no espaço.

Esses constructos são usados neste artigo em uma relação com a terapia ocupacional a partir de um movimento de afirmação da área na abordagem da cidade a partir de seu objeto, a ocupação humana, e da justificativa do sentido desse estudo. Nos fundamentos iniciais da Ciência Ocupacional, a ocupação é sistematizada em forma, função e significado (Zemke & Clark, 1996). Partindo do concreto, a forma da ocupação é a realização de uma tarefa sob o enfoque de sua espacialidade, dos elementos físicos e

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

da maneira como é presentificada material ou imaterialmente; a função define a ocupação e seu propósito imediato; enquanto o significado compreende a ocupação em seu sentido mais subjetivo, como componente de identidade e sentidos de vida. Pensando no uso da terra como uma ocupação, os conceitos trazidos pela Ciência Ocupacional conseguem ser aplicados com integridade de sentidos sobre forma e função, conferindo então ao significado a acepção de produção simbólica vinculada aos processos da sociedade.

A Ciência Ocupacional, em seu percurso, já caminhou para outras estruturas teórico-metodológicas, como o transacionalismo (Ferrufino *et al.*, 2019). Nessa concepção, a ocupação é um fenômeno sociocultural que expressa as manifestações humanas na inter-relação com o ambiente. Mais uma vez a estrutura pela qual se sistematiza a ocupação pode ser relacionada com suas potencialidades de transformação e manifestação no espaço. O ponto aqui é de que a compreensão do objeto da terapia ocupacional, somada às perspectivas da Ciência Ocupacional, pode ter uma íntima ligação com o que se entende por cidade. O proposto, então, é localizar a atuação e a percepção de terapeutas ocupacionais sobre essa rede complexa de ocupações justapostas sob o solo urbano, considerando seus indivíduos, dinâmicas, conflitos e formação.

Segundo Santos Junior (2017), os conflitos urbanos são tensionamentos entre interesses de agentes capitalistas e populares que acabam por determinar a organização do espaço físico e social das cidades. Nessa disputa, se estabelece uma oposição entre a mercantilização do solo urbano e seu uso, bem como dos espaços, instituições e serviços existentes nele e do entendimento dele (o solo urbano) como um direito. Fala-se, então, em direito à cidade quando se afirma a participação urbana como uma prerrogativa para a projeção e efetivação do bem-estar social e exercício da cidadania. A cidade como direito já tange o trabalho em terapia ocupacional enquanto uma prática orientada pela promoção de cidadania e direitos humanos (Correia & Gonçalves, 2021), portanto, apresentando-se como uma perspectiva epistêmica e prática em franca elaboração no contexto da profissão.

A maior parte de terapeutas ocupacionais atua em contexto urbano e, ainda que não dominem os Estudos Urbanos e a importância do Planejamento Urbano, possuem amplo conhecimento em práticas territoriais, comunitárias artísticas e outras mais. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo, por meio de relatos, compreender as relações da prática de terapeutas ocupacionais com políticas públicas e questões do direito à cidade no contexto urbano.

2. Métodos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual foi empregado um questionário on-line para a produção de dados junto a terapeutas ocupacionais do Brasil.

O questionário foi composto por uma primeira seção com perguntas fechadas de múltipla escolha, visando a caracterização das participantes, como gênero, idade, nível de formação, tempo de atuação entre outras especificidades de seus vínculos profissionais. A segunda seção contou com cinco perguntas abertas sobre conceituações e impressões próprias sobre cidade e políticas públicas urbanas - nomeadas dessa forma para permitir a associação de diversas políticas públicas com o contexto urbano. Também foi solicitado o registro de relações dessas definições com suas práticas profissionais.

A pesquisa foi divulgada por meio de mídias sociais (*Facebook*) e por e-mail de profissionais e instituições (como os órgãos regulamentadores da profissão, cursos de graduação no Brasil e instituições em que profissionais atuam) que têm seus contatos publicizados para a população através dos canais de informação. Dessa forma, o questionário foi respondido por 66 terapeutas ocupacionais de todo o país no período de agosto a dezembro de 2019.

O convite à participação na pesquisa em ambiente on-line através de formulários proporciona uma série de facilidades para a coleta de dados. Freitas *et al.* (2006) apontam como importantes ganhos da pesquisa on-line a otimização de tempo e esforço das participantes; redução de interferência do entrevistador na coleta; redução de gastos e de possibilidades de erros durante os processos; praticidade no acompanhamento de dados; e viabilização do início imediato da análise. No entanto, colocado como contraponto, vem a alegação de restrição do público a um determinado perfil.

Os critérios de inclusão para a participação dessa pesquisa foram: ser terapeuta ocupacional, maior de 18 anos de idade e estar no exercício da profissão. As respostas foram submetidas à análise de conteúdo, utilizando o referencial de Bardin (2011). Para tanto, foram utilizados os procedimentos técnicos de frequência de enunciação de palavras, correlação de sentidos e categorização. Ao colocar as unidades em associação, estabeleceram-se três categorias de análise para este estudo.

A abordagem de análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas para analisar discursos e comunicações em geral, partindo da identificação de pequenos componentes à sua sistematização e estruturação em categorias maiores. Nesse momento, identificam-se, na massa de respostas, unidades de conteúdo, os menores e iniciais componentes do processo (Bardin, 2011).

Para chegar na definição de unidades de conteúdo, o método deu importância à frequência de termos utilizados para a compreensão de expressões de significativa relevância entre os relatos individuais. Foram conferidas as palavras mais recorrentes entre as respostas das cinco questões abertas de todas as participantes e, dessas, foram retirados os fragmentos vinculados a cada palavra em questão. Tinha-se, então, por exemplo, aglomerados de expressões vinculadas à evocação da palavra "cidade", outro aglomerado unido pelo uso da palavra "espaço", e, dessa forma, se deu com os termos de maior relevância em frequência e afinidade com o tema.

Após a estruturação do documento nesse formato, as expressões relacionadas a cada palavra foram analisadas e agrupadas por sentido, sendo cada um desses agrupamentos o que se entende por unidades de conteúdo. Algumas palavras iguais foram evocadas com sentidos distintos, o que resulta em mais de uma unidade sob o uso dessa mesma palavra. Por fim, os resultados foram descritos e, logo após, postos em discussão com os achados da literatura.

A pesquisa respeitou todos os procedimentos éticos envolvendo seres humanos e teve o seu protocolo aprovado pelo Comitê de Ética, sob o número nº 1.516.433 em 27 de abril de 2016.

3. Resultados

Participaram desta pesquisa 66 terapeutas ocupacionais, distribuídos entre cargos técnicos (42), de gestão (6) e de docência e pesquisa (50), totalizando 98 vínculos de trabalho – dada a possibilidade de participação em mais de um cargo pelo mesmo profissional. Das 66 respostas obtidas, a maioria, 83,3%, das participações no questionário foi de mulheres – o que corresponde à realidade de proporção do gênero no trabalho em terapia ocupacional. Seguindo também uma lógica de proporção, das participantes distribuídas por todo o país, uma concentração notável se encontra na região sudeste, sendo 42,4% no Rio de Janeiro e 30,3% em São Paulo. Esses dados correspondem a uma expressão significativa do total de terapeutas ocupacionais do Brasil. Já os 98 vínculos de trabalho estão distribuídos em 33 municípios distintos das cinco regiões do país, considerando que uma mesma profissional pode ter vínculos em diferentes municípios.

A média etária do grupo de participantes é de 38 anos, sendo a menor 23 e a maior 61 anos. Da amostra de 66 terapeutas ocupacionais participantes, mais da metade (56%) disse ter mais de 10 anos de experiência na profissão, o que confere uma prevalência de profissionais consideravelmente experientes no grupo. O grau de formação das participantes representa a diversidade do grupo: 42,4% delas concluíram ou estão em curso de doutorado e outros 42,5% concluíram uma especialização ou estão cursando, já o restante das participantes se distribui em profissionais com graduação e mestrado concluído ou em andamento.

Tabela 1. Caracterização das participantes da pesquisa.

Gênero	Mulher (83,3%)	Homem (16,7%)	-	-	-
Idade	23 a 30 (25,7%)	31 a 40 (37,9%)	41 a 50 (18,2%)	mais de 50 (18,2%)	-
Formação(concluída ou em andamento)	Graduação (6,1%)	Especialização (42,4 %)	Mestrado (9,1%)	Doutorado (42,4 %)	-
Tempo de atuação	Menos de um ano (6%)	Entre 1 e 3 anos (13,6%)	Entre 3 e 5 anos (9,1%)	Entre 5 e 10 anos (15,2%)	Mais de 10 anos (56,1%)

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Unidades de conteúdo

As unidades de conteúdo compreenderam as correlações entre os enunciados das participantes a respeito da compreensão de cidade. Esses sofreram três agrupamentos semânticos de acordo com os resultados apresentados na tabela 2.

Tabela 2. Unidades de conteúdo definidas por enunciação.

Enunciação	Frequência absoluta	Unidade de Conteúdo
Cidade(s)	121	1. Contexto
Espaço(s)	81	1. Compartimentalização da cidade 2. Dimensão física/estrutural da cidade
Território(s), Territorial(ais)	39	1. Dimensão concreta e subjetiva do espaço
Acesso(s), Acessibilidade, Acessível, Acessar(em)	37	1. Referente a acessibilidade Física 2. Acesso a direitos e serviços
Mobilidade, Transporte	24	1. Direito do cidadão
Vida(s)	52	1. Sociabilidade e dimensão coletiva
Ocupação(ões)	18	1. Ato de ocupar algo ou lugar 2. Referente ao domínio da Terapia Ocupacional
Lazer	14	1. Direito do cidadão
Trabalho, Trabalhar	32	1. Prática da terapia ocupacional 2. Dimensão do trabalho
Lugar(es)	29	1. Base física dos acontecimentos
Circulação	13	1. Direito do cidadão
Serviço(s)	20	1. Equipamentos que administram a cidade
Social(is)	56	1. Relações e determinantes sociais de classe
Saúde	27	1. Campo do saber 2. Referente a serviços e direitos
Atividade(s)	15	1. Atividade humana
Direito	22	1. Legislação
Política(s)	103	1. Políticas públicas
Cotidiano	17	1. Conjunto de ocupações/atividades com base no dia a dia
Moradia, Habitação, Habitar	24	1. Direito
Atuação, Atuar	12	1. Referência à própria prática
Educação	11	1. Direito do cidadão
Público	36	1. Natureza de um serviço ou espaço

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Enunciados recorrentes foram usados de formas distintas. Para alguns, tem-se como proposta mais uniforme entre as respostas, resultando em uma única unidade, como a palavra território para se referir a um espaço em sua dimensão física e subjetiva. Em outros casos, encontram-se usos mais divergentes do mesmo termo, como as variantes da palavra "acesso" que trazem tanto o sentido das práticas de acessibilidade física do ambiente como também da qualidade do acesso a um direito.

Categorias de Análise

Tomando o objeto de estudo desta pesquisa, a Figura 1 expõe as unidades de conteúdo agrupadas e que, por sua vez, ofereceram conteúdos de sentido para formar três categorias de análise.

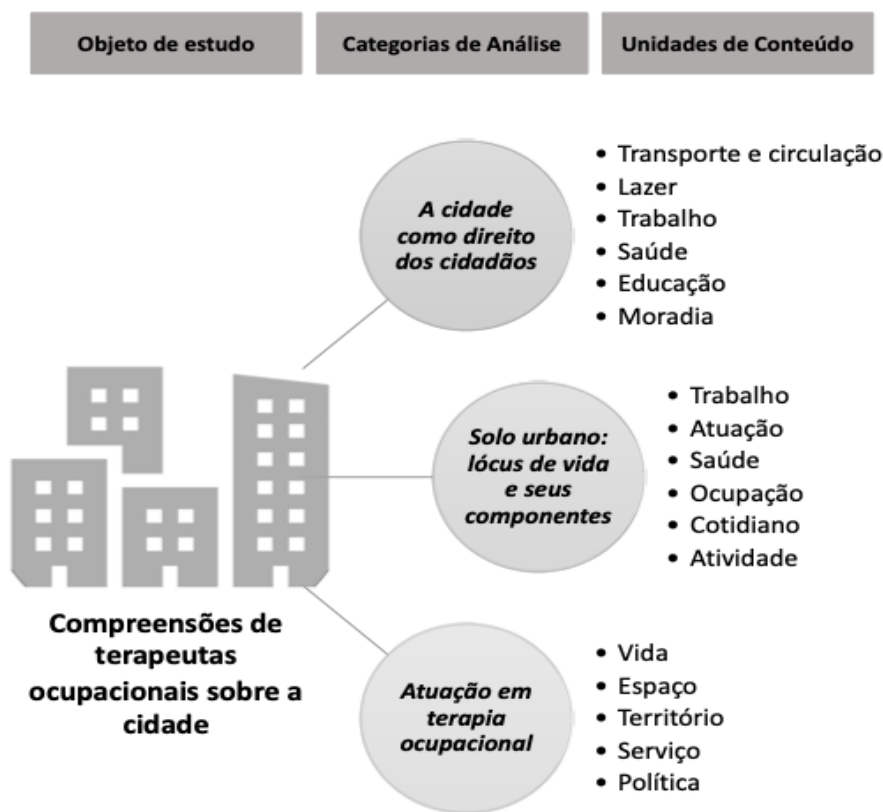


Figura 1 - Construção das categorias de análise a partir do agrupamento das unidades de conteúdo.

Fonte: Elaboração dos autores, 2020

Assim, as terapeutas ocupacionais compreendem a cidade a partir de três maneiras: *a cidade como direito dos cidadãos*; *solo urbano - lócus de vida e seus componentes*; e *atuação em terapia ocupacional*.

A cidade como direito dos cidadãos

As terapeutas ocupacionais desta pesquisa compreendem a cidade e as suas questões a partir do conjunto de direitos dos cidadãos, que alicerçam e fazem articulação com as práticas profissionais. Elas elaboram uma visão da cidade que engloba uma face de operacionalização dos direitos, que asseguram – ou que deveriam assegurar – a cidadania. Nessa visão, o governo como elemento de gestão da cidade é responsável por instrumentalizações políticas expressas no território a partir de suas estruturas, como descreve uma participante: “[...] a cidade como um ente administrativo que sistematiza e oferece serviços em diferentes setores” (TO 51).

Observa-se que as terapeutas ocupacionais seccionam as políticas públicas de acordo com áreas da vida humana, como por exemplo: "(...) *Sei da existência de políticas de habitação, políticas voltadas às questões de gênero, mobilidade, desenvolvimento urbano, saneamento básico*" (TO 35). Há ainda menções sobre direitos relacionados ao trabalho, lazer, educação e saúde, que podem ser elucidadas na seguinte fala que faz relação com o objeto da terapia ocupacional quando diz que "[...] *políticas urbanas que promovam/facilitem ou criem barreiras para a participação nas ocupações e desempenho de papéis ocupacionais devem ser de interesse do terapeuta ocupacional local.*" (TO 43).

Dada a compreensão da existência desses direitos, as terapeutas ocupacionais pensam também em sua aplicabilidade no território. Sobre isso, uma participante relata: "*Entendo políticas urbanas como algo que visa planejar, elaborar, criar espaços públicos e sociais na cidade*" (TO 48). Há uma noção de operacionalização de direitos que se dá através de estruturas no espaço urbano. Ao falar aqui em estruturas da cidade, evoca-se uma ideia de ambiente construído, especializado arquitetonicamente, como por exemplo hospitais, escolas, lojas e condomínios, de diferentes naturezas públicas e privadas. Essas estruturas constituintes da cidade estão em constante relação com as demandas da população, com a qual sustentam o envolvimento em ocupações na vida cotidiana.

Quando questionadas sobre a relevância dos conhecimentos de políticas públicas em suas práticas, a percepção das participantes evidencia novamente as estruturas do espaço urbano: "*Uma vez que a política urbana fala sobre o acesso da população aos serviços/equipamentos públicos ou privados, de forma a promover qualidade de vida e desenvolvimento humano*" (TO 65).

Destarte, as terapeutas ocupacionais também identificam que as estruturas do espaço urbano são dependentes das obrigações governamentais e, portanto, tomadas como direitos sociais materializados no território, como expressa umas das participantes: "[...] *a cidade e seus dispositivos culturais, de cuidado, mobilidade, segurança e de educação, possuem influência direta na vida do sujeito*" (TO 41).

A materialização dos direitos sociais, aplicabilidade das obrigações governamentais e acesso e fruição dos cidadãos constituem uma dimensão complexa de diferentes variáveis na vida cotidiana, como descreve uma das participantes: "[...] *a implantação dessas políticas são mais um aspecto a se considerar para na complexidade da vida das pessoas... me lembrei de um rapaz que atendi e que morava precariamente em um bairro mais central, com acesso à serviços de saúde, educação e assistência social, e que ao se mudar para sua casa do Minha Casa, Minha Vida, teve uma condição melhor de moradia, mas uma precarização de todos os serviços dos quais necessitava... contradições e paradoxos constantes...*" (TO 25).

Dessa forma, evidencia-se aqui uma percepção ampla e intersetorial das terapeutas ocupacionais sobre os direitos relacionados à cidade e o modo como ela é marcada por assimetrias e desigualdades.

Solo urbano: lócus de vida e seus componentes

Esta categoria diz sobre a estrutura da cidade, bem como suas expressões culturais e sociopolíticas materializadas no espaço. Trata-se da compreensão do solo urbano enquanto o lócus onde a vida é realizada, a partir da materialização de seus componentes, humanos e não humanos, assim como das dinâmicas de sociabilidade, convivência e participação social.

Nesse sentido, as terapeutas ocupacionais fazem referências ao modo de operacionalizar e realizar a vida em esferas coletivas e públicas na cidade. Há a consideração do elemento convivência e coparticipação no que diz respeito à compreensão do espaço urbano, como um elemento que concebe e é, ao mesmo tempo, afetado por esses componentes. Esse pensamento pode ser identificado nos relatos de definição da cidade como “[...] *o lugar onde grupos de pessoas vivem, participando ou não da organização dos seus territórios, de modo a ocupar um lugar de constituinte ou de constituído.*” (TO 36).

De forma geral, essa categoria busca dar conta da compreensão do espaço em sua existência física vinculada à uma rede de subjetividades, logo, em associação a um conceito de território frequentemente evocado para dar conta desse pensamento. Uma fala que expressa bem a materialização das ocupações no território é a elaboração de que a cidade é um *“Lugar de contornos delimitados e fronteiriços, onde as pessoas transitam e se relacionam, se constituem em suas identidades e diversidades. Lugar de pertencimento, de circulação, de moradia, de trabalho, de participação, de ocupação”* (TO 4).

Entram também nessa categoria enunciados que abordam a diversidade de naturezas na formação de espaços da cidade, como bem evidenciado quando se diz que *“a cidade mescla espaços privados (moradias, empresas) e espaços públicos (praças, ruas, serviços públicos), e no geral possui espaços mais valorizados e investidos e espaços mais abandonados e de menor prestígio”* (TO 28).

Outras participantes também evidenciam que *“O lugar onde as pessoas se socializam tem uma marca muito grande nas condições objetivas de vida e também na construção da subjetividade, na relação com a natureza, com as pessoas, com os animais. O território traz possibilidades e limites aos que nele habitam”* (TO 29). Logo, fica expressa essa dicotomia da construção da vida sob determinantes do ambiente urbano que podem, sim, se materializar como limitantes da vida de indivíduos e comunidades a partir de suas relações com o espaço.

De acordo com os conteúdos de sentido dessa categoria, há uma materialização de assimetrias sociais no solo urbano cujo produto, como evidenciado na fala de uma das terapeutas ocupacionais, é um conjunto de injustiças sociais: *“Um espaço territorial onde ocorrem relações sociais diversas de interação, de trocas afetivas, cooperativas, materiais, através da convivência social. Mas existem, também, conflitos sociais, violência e vulnerabilidade social”* (TO 18).

Atuação em terapia ocupacional

Essa categoria envolve noções teórico-conceituais e formas de intervenção a partir da menção dos objetivos e finalidades da profissão. São reunidos aqui enunciados que elucidam o trabalho terapêutico-ocupacional dentro do contexto urbano como expressa o trecho do relato: "*minha prática influencia diferentes sujeitos que vivem nesse espaço*" (TO 62).

Quando refletindo sobre o próprio trabalho, as terapeutas ocupacionais tendem a focar na relação entre indivíduos e as estruturas da cidade. Essa constatação é afirmada diante do relato que diz que "*o território é um ator crucial no trabalho de reabilitação comunitária pois mapeamos as pessoas com deficiência que residem em uma determinada localidade e assim identificamos modos de vida, possibilidades e impossibilidades de circulação, de participação social, de acesso a bens e serviços, de formação de rede social.*" (TO 28).

Ao compartilharem suas práticas, as terapeutas ocupacionais se debruçam sobre a relação indivíduo-território com uma ênfase em processos de participação social como no relato: "*Como terapeuta ocupacional trabalho na perspectiva da apropriação e significação dos fazeres do sujeito/coletivos que se dão a partir de suas vivências no território, na busca de autonomia e conquista de cidadania. Isso está diretamente relacionado à ocupação dos cenários da cidade [...]*" (TO 42).

Há nessa categoria uma consistência de respostas que localizam a prática da terapeuta ocupacional na mediação entre população e equipamentos da cidade como mais uma vez evidenciado de que "*A Terapia Ocupacional [...] se apropria dos espaços para que o sujeito possa ter acesso ao exercício pleno de seus direitos e cidadania.*" (TO 35). Mas há ainda, nessa categoria, a elaboração de que as políticas públicas constituem um elemento de interesse para a prática da terapeuta ocupacional, sem discriminar exatamente o campo ou ambiente/contexto de atuação, como quando se diz que "*entender de políticas urbanas é fundamental para trabalhar as questões da vida do sujeito*" (TO 54).

Também são incluídas nessa categoria as associações feitas com termos e conceitos específicos ligados ao objeto de intervenção da terapia ocupacional, como a ocupação humana. Esse recorte pode ser representado pela constatação de que se acredita que "*[...] se a Terapia Ocupacional visa a reconexão com os fazeres de pessoas com impedimentos em suas atividades e ocupações isso se dá sempre em ambientes, em contextos concretos.*" (TO 28).

4. Discussão

Uma breve busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) revela uma falta de afinidade entre produções da terapia ocupacional com os descritores relacionados à cidade e ao contexto urbano. Tentando alcançar referências que se aproximem

dessa discussão, a partir do emprego do conceito de território, encontram-se majoritariamente trabalhos de saúde mental e do campo social, evidenciando maior relação com estudos e práticas em terapia ocupacional na e para a cidade.

Em alguns estudos, a compreensão de cidade a partir dos direitos dos cidadãos é abordada de forma especificamente no setor saúde. Costa e Brasil (2014), Van Wijk & Mângia (2019) e Almeida e Campos (2019) evidenciam a cidade ao tratar dos processos de operacionalização da Rede de Atenção Psicossocial² (RAPS) no território a partir do reconhecimento da garantia dos direitos de saúde mental e fatores que dificultam o seu acesso pela população. Já Jurdi e Amiralian (2013) localizam o serviço de saúde em um contexto de fragilidade política na implementação de direitos como segurança e saúde no território. Embora haja a exploração da relação entre cidade e políticas públicas de saúde, os trabalhos são mais circunscritos em setores do que a percepção das terapeutas ocupacionais participantes desta pesquisa em que, quando questionadas diretamente sobre políticas públicas no contexto urbano, evidencia-se um registro ampliado de responsabilidades governamentais para além da saúde.

Galvani e Barros (2010), ao abordarem a cidade como pano de fundo de sua pesquisa, a partir de uma perspectiva antropológica, apontam a compartimentalização de experiências como um importante processo na compreensão de dinâmicas próprias das sociedades urbanas. Essas autoras apoiam-se no conceito de Magnani (2002) de “pedaço” para se referir a espaços vinculados a essas dimensões individuais e coletivas de trabalho, religiosidade, lazer e cultura. Essa representa uma visão consonante à disposta pelas participantes da pesquisa, que tendem a evocar áreas da vida para a visualização de garantias de direitos, como trabalho, educação e moradia. Essa percepção tem sua potência reconhecida ao se pensar que “Essa linha de reflexão pode ser considerada para pensar as políticas sociais sob o ângulo das dimensões do cotidiano, da inscrição das relações sociais no espaço.” (Costa & Brasil, 2014, p. 438).

Tal compreensão conversa bem com o construto, já abordado neste trabalho, de direito à cidade. O geógrafo estadunidense David Harvey (2012) enxerga o construto de direito à cidade, cunhado pelo filósofo Henri Lefebvre (2001), como a potência de uma ferramenta e um ideal político de operacionalização da cidadania. Fala-se, então, de uma mediação entre processos de urbanização e população para um novo modelo de concepção urbana pautada na promoção de melhores condições de vida e integração à cidade.

A categoria “Solo urbano – *Lócus* de vida” ganha maior destaque entre as publicações de terapeutas ocupacionais, presente em uma dimensão mais prática e concreta. A percepção da cidade fica evidente quando há uma contextualização a partir de serviços operantes na lógica territorial (Costa & Brasil, 2014; Galvani & Barros, 2010; Jurdi & Amiralian, 2013; Van Wijk & Mângia, 2019), isto é, serviços que, além

² Rede de diversos serviços extra-hospitalares de atenção à saúde mental (Costa & Brasil, 2014).

de se disporem à ação fora dos contornos da instituição, se comprometem com o respeito e identificação das relações sociais entre sujeito e território (Gonçalves, 2020).

Contudo, Gonçalves (2020) aponta uma ambiguidade na fragmentação do território pelos dispositivos operantes em lógica territorial, permitindo que se perpetue uma estratégia de segregação quando a participação nessas estruturas cerceia a mobilidade de um grupo pela cidade. A autora exemplifica com a oferta de serviços em uma favela do Rio de Janeiro, a fim de que seus habitantes os acessem, como, por exemplo, em equipamentos culturais e de lazer. No entanto, isso se torna pressuposto governamental para que seus habitantes não circulem por outras partes da cidade. Esse apontamento traz à discussão a evidência de que o trabalho desenvolvido em um dispositivo de base territorial não é necessariamente promotor da mobilidade urbana como processo fundamental para o direito à cidade.

A compreensão de cidade para além de suas estruturas físicas é tecida por redes relacionais e subjetividades que se produzem nas dinâmicas de ocupações cotidianas realizadas nos espaços. Isso ganha respaldo nas descrições da percepção das terapeutas ocupacionais participantes da pesquisa que, na evocação do conceito de território, focam na socialização e produção de vida como modos de existir e partilhar experiências. De forma geral, o componente humano da cidade ganha destaque quando se pensa em um território de ação. Sobre isso, Costa e Mendes (2014) trabalham na elaboração do conceito de redes sociais territoriais e evidenciam a indissociabilidade dos elementos "redes sociais" e "territórios" para a compreensão do espaço. Essa conjugação "territórios-redes" é justamente o que transparece nas narrativas das terapeutas ocupacionais ao tentar elucidar uma dinâmica socioespacial para o envolvimento em ocupações na cidade.

A cidade também pôde ser compreendida a partir de um componente de expressão dos direitos no território diante de uma apreensão e reconhecimento do recorte político como determinante na concepção do território, isto é, no pensar o espaço como base de produções geopolíticas (Santos, 1998). Vislumbra-se a manifestação estrutural dos direitos no território como dinâmica constituidora e constituinte da cidade. Esse movimento de expressão da política no território é, então, reconhecido como um componente do lócus de desenvolvimento da vida, da sociabilidade e da cidadania (Costa & Brasil, 2014; Ferreira *et al.*, 2016; Van Wijk & Mângia, 2019).

É interessante notar nos dados desta pesquisa o movimento que as terapeutas ocupacionais fazem para contextualizar historicamente a formação de uma cidade para apontar análises relacionadas às estruturas sociais estabelecidas e aquelas que se modificam na dinâmica do envolvimento ocupacional cotidiano. Reconhecer a constituição de uma cidade a partir do aumento populacional, políticas habitacionais e formação de periferias, abre espaço para a reflexão e compreensão da materialização de vulnerabilidades no solo urbano como componentes fundantes e dinâmicos da cidade (Almeida & Campos, 2019; Andrade *et al.*, 2014; L. A. Costa & Brasil, 2014; Kemper *et al.*, 2015). Nesse sentido, seria oportuno dizer que as ocupações são socialmente espacializadas.

A socióloga inglesa Ruth Glass, juntamente ao *Centre for Urban Studies* de Londres (1964), cunha o conceito de gentrificação. Trata-se de um movimento de enobrecimento de uma área até então constituída por um segmento popular da cidade que acaba por se encontrar na situação de migração forçada para uma nova área possível a suas condições econômicas. Tal fenômeno pode ser exemplificado no Rio de Janeiro, dado os diferentes processos de formação das favelas e o aburguesamento de regiões no centro e zona portuária da cidade a partir dos projetos de "revitalização das áreas" através do financiamento de imóveis para classe média e alta e de uma rede de serviços, sobretudo privados (Novaes, 2017; 2018). A compreensão desses processos auxilia na assumpção de que políticas públicas são formatadas e implementadas para acentuar e manter assimetrias territoriais e desigualdades socioterritoriais que culminam em processos de segregação na cidade.

Já a perspectiva da cidade a partir da reflexão das terapeutas ocupacionais sobre a própria prática demonstra uma tendência emergente para a área. Mesmo diante de uma escassa literatura, ao identificar referências em que se expõem práticas territoriais-comunitárias em terapia ocupacional, compreende-se que a cidade é substrato para o desenvolvimento das ações, portanto, participante do raciocínio profissional. Nesse sentido, Andrade *et al.* (2014) e Lopes *et al.* (2011) trazem o trabalho de garantia de direitos e desenvolvimento do cotidiano sob vulnerabilidades como ressignificação das relações entre indivíduo e cidade e a construção de cidadania. Jurdi e Amiralian (2013) levam esse pensamento a um serviço que funciona em uma lógica de saúde distinta, ressaltando a relevância de se considerar o cenário político do território – neste trabalho contextualizado como cidade – na elaboração do cuidado com o outro como potência para a prática. Tszesniosk *et al.* (2015) concluem ainda que cabe ao terapeuta ocupacional uma função de agenciamento entre indivíduo e dispositivos de apoio, isto é, estruturas que ofertam serviços na cidade.

A literatura traz também contribuições inéditas às perspectivas das participantes. O conceito de desinstitucionalização aparece como princípio do trabalho em saúde mental que acaba por se relacionar significativamente com a experiência da cidade. Aposta-se no compromisso em desenvolver práticas que desloquem o foco do cuidado baseado exclusivamente nas instituições/serviços para as relações sujeito-território, isto é, do sujeito com a cidade (Braga, 2017; Ferreira *et al.*, 2016; Inforsato *et al.*, 2017; Kemper *et al.*, 2015).

É importante que, nessa discussão, também se apontem iniciativas na terapia ocupacional que têm se debruçado diretamente sobre a cidade para a elaboração de uma prática afinada com os referenciais do direito à cidade, inclusive, através de políticas públicas. Gonçalves e Malfitano (2021) dedicam-se à apreensão da mobilidade urbana como um objeto constituinte de direitos e participações na cidade, salientando a possibilidade de um trabalho afinado com a promoção da cidadania. A mobilidade (e o direito à mobilidade) aparece nos discursos das participantes da pesquisa das autoras quando entendem

que a garantia de circulação pelos espaços e as estruturas da cidade podem ser potencializadores e mesmo objetivos de sua prática, apesar do pouco aprofundamento da temática a nível político.

Pode-se dizer que a percepção da cidade nas práticas de terapeutas ocupacionais acontece de maneira horizontalizada, isto é, centrada em um nível de relacionamento muito equivalente entre a população e os dispositivos do território, tanto nas respostas das participantes quanto nos achados na literatura trazidos aqui. Apesar da visualização de estruturas de poder governamental como componente evidente e, por vezes, até determinante da cidade, pouco foi explorado nos discursos sobre uma prática que trabalhe diretamente com a inserção formal da população no planejamento das políticas urbanas, como por exemplo nos espaços formais de deliberação. Correia *et al.* (2017) e Correia *et al.* (2018) apontam uma prática baseada na mediação entre instâncias de governo e comunidade por meio de instrumentos jurídico-administrativos, como o plano diretor³. A proposta da “ensinagem em desenvolvimento local participativo” dos autores propõe justamente, através de procedimentos descritos dessa abordagem, a emergência de pautas e a organização comunitária para a participação nas instâncias políticas no ordenamento do território. Assim, tem-se uma abordagem que foca no papel político do técnico, que já é proclamado como essencial nas práticas da terapia ocupacional (Malfitano, 2016), mas ainda incipiente no cotidiano das terapeutas ocupacionais que responderam à pesquisa no que se refere às políticas de planejamento urbano.

Por fim, identificamos que terapeutas ocupacionais já se relacionam com a cidade em suas práticas e sabem reconhecer seus determinantes – como processos de vulnerabilização, organização do território e instrumento governamentais, jurídico-institucionais – e direcionam suas intervenções para garantir que indivíduos e coletivos possam realizar e se envolver em suas ocupações nos espaços sociais da cidade e, por isso, atuar na promoção e garantia do pleno direito à cidade.

5. Considerações finais

Esta pesquisa desvelou que terapeutas ocupacionais compreendem a cidade e as suas questões a partir de categorias relacionadas aos direitos dos cidadãos, do solo urbano como lócus da vida cotidiana e da prática terapêutico-ocupacional relacionada a mediação e garantia de acesso às estruturas, equipamentos e políticas públicas urbanas. Embora as categorias tenham sido definidas aqui de maneira isolada, a prática inevitavelmente embaça os limites entre essas construções, e busca-se suas interseções.

Dessa forma, podemos afirmar que terapeutas ocupacionais reconhecem sentidos em uma prática orientada ao acesso e ao direito à cidade, identificando potenciais no trabalho de promoção da cidadania. Mesmo que políticas públicas específicas não tenham sido frequentemente evocadas e relacionadas à

³ Instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana que, em nível municipal, promove a participação popular no estabelecimento de diretrizes e prioridades políticas (Brasil, 2011).

prática da terapia ocupacional, tem-se um trabalho de associação ao que é posto como direito do cidadão e a sua garantia de participar e habitar ativamente a cidade. Há um esforço de conceituação do território a partir de uma dimensão subjetiva da existência e da produção de vida atrelada a equipamentos e estruturas em uma dimensão física da cidade, mas sem perder de vista a incorporação de componentes políticos, culturais e relacionais mais complexos.

Referências

Almeida, I. S. de, & Campos, G. W. de S. (2019). Análise sobre a constituição de uma rede de Saúde Mental em uma cidade de grande porte. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 2715–2726.

<https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.20122017>

Andrade, L. P., Costa, S. L. da, & Marquetti, F. C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1248–1261. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400011>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Braga, C. P. (2017). Conexões na transformação da experiência do sofrimento psíquico: articulação entre memória e história. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(63), 823–832.

<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0477>

Brasil, Lei no. 10.257 de 10 de julho de 2011. Estatuto da Cidade, (2011).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

Choay, F. (2010). *O Urbanismo* (3rd ed.). Perspectiva.

Corrêa, R. L. (2004). *O espaço urbano* (4th ed.). Editora Ática.

Correia, R. L. (2019). *Estratégias metodológicas sobre Leitura Comunitária em Planos Diretores Participativos de municípios brasileiros*. Centro Universitário SENAC.

Correia, R. L., Costa, S. L., & Akerman, M. (2017). Processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo. *Interações (Campo Grande)*, 18(3), 23. <https://doi.org/10.20435/inter.v18i3.1526>

Correia, R. L., & Gonçalves, M. V. (2021). Terapia ocupacional e o direito à cidade. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29(e2757), 1–13. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoar2082>

Correia, R. L., Vieira Filho, P. R., Gomes, E. M. de B., Costa, C. C. C., & Paulino, C. T. da S. (2018). Terapia Ocupacional no planejamento urbano das cidades. *Anais Do XII Congresso Norte - Nordeste de*

Terapia Ocupacional. "Identidade Da Terapia Ocupacional No Brasil: Reflexões, Desafios e Perspectivas". *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO*, 356. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/20353/pdf>

Costa, L. A., & Brasil, F. D. (2014). Cidade, territorialidade e redes na política de saúde mental. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 22(2), 435–442. <https://doi.org/10.4322/cto.2014.065>

Costa, S. L., & Mendes, R. (2014). Redes Sociais Territoriais: primeiras palavras. In S. L. Costa & R. Mendes (Eds.), *Redes Sociais Territoriais* (pp. 17–32). Fap-Unifesp.

Ferreira, T. P. da S., Sampaio, J., Souza, A. C. do N., Oliveira, D. L. de, & Gomes, L. B. (2016). Produção do cuidado em Saúde Mental: desafios para além dos muros institucionais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 373–384. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0139>

Ferrufino, A. H., Miranda, V. L., Jara, R. M., Yates, G. M., & Silva, C. R. (2019). Transaccionalismo, Interseccionalidad Feminista y Método Narrativo: aportes para la investigación en Terapia Ocupacional y Ciencia Ocupacional. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 3(1), 150–161. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto17010>

Freitas, H., Janissek-Muniz, R., Baulac, Y., & Moscarola, J. (2006). *Pesquisa via Web: reinventando o papel e a idéia de pesquisa*. Sphinx. <http://www.sphinxbrasil.com>

Galvani, D., & Barros, D. D. (2010). Pedro e seus circuitos na cidade de São Paulo: religiosidade e situação de rua. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 14(35), 767–779. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000022>

Gonçalves, M. V. (2020). *A mobilidade urbana de jovens em projeto social do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e suas relações com a terapia ocupacional social* [Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12361>

Gonçalves, M. V., & Malfitano, A. P. S. (2021). O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29(e2523), 1–13. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoarf1929>

Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 29, 73–89. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey direito a cidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade.pdf)

Inforsato, E. A., Castro, E. D., Buelau, R. M., Valent, I. U., Silva, C. de M., & Lima, E. M. F. A. (2017). Arte, corpo, saúde e cultura num território de fazer junto. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(2), 110–

117. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i2/2160>

Jurdi, A. P. S., & Amiralian, M. L. T. M. (2013). Ética do cuidado: a brinquedoteca como espaço de atenção a crianças em situação de vulnerabilidade. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 17(45), 275–286. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000009>

Kemper, M. L. C., Martins, J. P. de A., Monteiro, S. F. S., Pinto, T. da S., & Walter, F. R. (2015). Integralidade e redes de cuidado: uma experiência do PET-Saúde/Rede de Atenção Psicossocial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(supl 1), 995–1003. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1061>

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (5th ed.). Centauro.

Lopes, R. E., Borba, P. L. O., Trajber, N. K. A., Silva, C. R., & Cuel, B. T. (2011). Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15(36), 277–288. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000100021>

Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11–29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>

Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 17–133). EDUFSCar.

Novaes, P. (2017). Gentrificação e o direito à cidade: o exemplo da cidade do Rio de Janeiro. In O. A. Santos Junior, P. Novaes, L. Lacerda, & M. Werneck (Eds.), *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais* (1st ed., pp. 40–44). Letra Capital. https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_direitocidade_2017.pdf

Novaes, P. A. (2018). Favelas e gentrificação: possibilidades analíticas para explicar as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia e Sociologia*, 2(6), 49–65.

Rolnik, R. (1995). *O que é cidade*. Brasiliense.

Santos Junior, O. A. (2017). Os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In O. A. Santos Junior, P. Novaes, L. Lacerda, & M. Werneck (Eds.), *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais* (1st ed., pp. 16–19). Letra Capital. https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_direitocidade_2017.p

df

Santos, M. (1998). O retorno do território. In M. Santos, M. A. de Souza, & M. L. Silveira (Eds.), *Território: globalização e fragmentação* (4a ed., pp. 255–261). Hucitec.

Tszesniosk, L. de C., Nóbrega, K. B. G. da, Lima, M. L. L. T. de, & Facundes, V. L. D. (2015). Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(2), 363–370. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.05082014>

UCL - University College London - Centre for Urban Studies;, & Glass, R. (1964). *London : aspects of change*. MacGibbon & Kee.

Van Wijk, L. B., & Mângia, E. F. (2019). Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(9), 3357–3368. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.29872017>

WFOT - World Federation of Occupational Therapists. (2020). *WFOT - Occupational Therapy International Practice Guide*. <https://www.wfot.org/resources/wfot-occupational-therapy-international-practice-guide>

Zemke, R., & Clark, F. (1996). *Occupational Science: The Evolving Discipline*. F A Davis Co.

Contribuição dos autores: P.R.S.V.F. realização da pesquisa, concepção do artigo, formatação e escrita do texto. R.L.C. orientação da pesquisa e da elaboração do artigo e revisão do texto. M.V.G. orientação da pesquisa e da elaboração do artigo e revisão do texto.

Recebido em: 08/02/2023

Aceito em: 03/04/2023

Publicado em: 15/08/2023

Editor(a): Marina Jorge da Silva